

Mariana, 11 de julho de 2022.

À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG

Ref.: CONTRATAÇÃO POR LOTE ÚNICO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA DE VIAS, COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO E SEUS DISTRITOS

Modalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2023

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

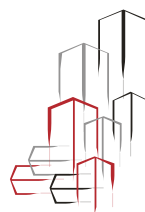
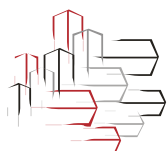
A TERRA E TÉCNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 02.740.940/0001-42, localizada à Rua Jatobá, 137B, Bairro Rosário - Mariana – MG, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, à sua presença, apresentar, com fulcro no art. 109 da Lei nº 8666/93, vem interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face à decisão constante na ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO do supramencionado processo licitatório, com fulcro no artigo 109, I alínea “a” da Lei 8.666/93, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de 05 (cinco) dias úteis conforme art. 109 da Lei nº 8666/93, o que foi plenamente respeitado, tendo em vista que a publicação da ATA DE JULGAMENTO ocorreu no dia 04/07/2023 e, portanto, o prazo final para interposição de recursos é o dia 11/07/2023.



“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;”

DOS FATOS

Na Ata de Julgamento de Habilitação, publicada em 04 de julho de 2023, as empresas TERRA E TÉCNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA, KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA e ECSAM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA foram declaradas inabilitadas, sendo as únicas duas empresas habilitadas a VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA e QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

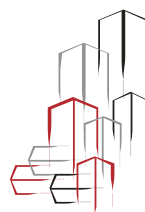
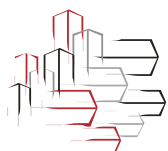
Dentre os motivos que causaram a inabilitação de todas as empresas citadas acima está a exigência da Metodologia de Execução que, conforme será demonstrado neste recurso, restringiu a livre concorrência e garantiu o privilégio à terceiros.

DA ILEGALIDADE DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

Como é de conhecimento, a modalidade da presente licitação é a CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo MENOR PREÇO. Ao solicitar junto ao Edital a apresentação de uma metodologia de execução como critério de avaliação e habilitação da empresa, faz com que haja critérios que não são pertinentes ao tipo de licitação e ao tipo de serviço à ser contratado.

Conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os tipos de licitação existentes são:

“§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

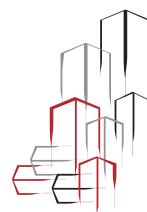
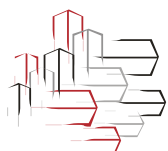
II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)”

Com base na legislação acima, dentre os quatro tipos de licitação existentes, há a de menor preço (escolhida para o Edital) e a de técnica e preço. Tendo como referência as solicitações para a habilitação das empresas, a Administração Pública estava utilizando critérios de licitação de **melhor técnica e o menor preço**, enquanto utilizava o nome de **menor preço**, em um serviço cujo a maior parcela é de baixa complexidade intelectual, como é o serviço de limpeza urbana. Desta forma, o tipo de licitação escolhida não é condizente com às exigências encontradas no edital.

Além disso, como foi possível observar pela avaliação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo apresentada no PARECER TÉCNICO publicado, nenhuma das empresas atingiu a pontuação mínima de 493,5 na Metodologia de Execução, com exceção das empresas QUANTUM ENGENHAIA E CONSULTORIA LTDA e VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, que pontuaram 695 e 700, respectivamente. Ressalta-se que a pontuação máxima é de 705. Coincidentemente, ambas as empresas que obtiveram quase que o máximo êxito na elaboração deste documento são as empresas que presta este serviço atualmente (QUANTUM) e a que já prestou anteriormente (VINA).



Desta feita, identificamos que apenas as empresas que têm o conhecimento total do serviço por já tê-lo feito, conseguiram atingir os requisitos presentes do Edital. Assim, fica claro que não houve livre concorrência e sim um privilegiamento de algumas empresas, por serem detentores de todas as informações.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante ao exposto, pede a Recorrente:

- Seja recebido o presente recurso, sendo encaminhado à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, como permite o art.109, §§2º e 4º da Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93 e, após, seja dado Provimento, resultando, assim, na anulação do Processo Licitatório Concorrência Pública nº 001/2023.

Mariana, 11 de julho de 2023.

TERRA E TÉCNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
JOSÉ GERALDO DA SILVA – SÓCIO-DIRETOR
CPF: 607.189.866-87 – RG: M-6.183.921

